



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO

<b>CREDENCIAMENTO Nº 001/21</b>	<b>PROCESSO Nº: 2021/006436</b>	
<b>OBJETO</b>		
<p>O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por intermédio da Comissão Especial de Licitação, designada nos autos do processo em epígrafe, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Credenciamento, na forma dos Decretos nº 21.981/1932 e nº 22.427/33, IN DREI nº 17/2013, e das Leis nº 8.666/1993 e nº 6.544/1989, no que couber, com o objetivo de contratar serviços de Leiloeiro Oficial registrado na JUCESP para preparação, organização e condução de leilão público para alienação onerosa de bens móveis inservíveis para o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP. O Credenciamento será regido pelas normas e condições estabelecidas neste Edital.</p>		
<b>ENTREGA DOS ENVELOPES</b>		
<b>Até às 13:30 horas do dia 17/05/2021</b>		
<p>GPL - Grupo de Pregoeiros – Licitações, Rua Direita, 250, 23º andar, Centro, São Paulo/Capital – horário de funcionamento das <b>10h00 às 19h00</b>.</p>		
<b>SESSÃO PÚBLICA</b>		
<b>LOCAL</b>	<b>DATA</b>	<b>HORA</b>
Comissão Especial de Licitações – Rua Direita, 250, 23º andar, Centro, São Paulo/Capital.	<b>17/05/2021</b>	<b>14:00</b>
<b>DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL</b>		
<p>O Edital está disponível gratuitamente no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP (<a href="http://www.tjsp.jus.br/CanaisComunicacao/Transparencia">http://www.tjsp.jus.br/CanaisComunicacao/Transparencia</a>).</p>		



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - TJSP**, por intermédio da Diretoria de Licitações e Suprimentos, sito nesta Capital, na Rua Direita nº 250, 22º andar, torna pública o **CREDENCIAMENTO nº 001/21**.

O envelope contendo os dados do interessado deverá ser entregue até às **13:30 horas** do dia **17/05/2021** no GPL - Grupo de Pregoeiros – Licitações, na Rua Direita, nº 250, 23º andar, Centro, São Paulo/Capital.

O presente Credenciamento obedece às disposições deste instrumento e de seus Anexos, partes integrantes deste Edital:

ANEXO	DESCRIÇÃO
I	<b>Termo de Referência</b>
II	<b>Modelo de Formulário de Dados Cadastrais</b>
III	<b>Minuta do Contrato.</b>

Para que possam receber eventuais informações complementares, os Leiloeiros Oficiais que, por qualquer meio, tomarem conhecimento do presente Credenciamento, deverão comunicar imediata e formalmente a Diretoria de Licitações e Suprimentos do TJSP o interesse de participação na sessão pública, por meio de correspondência protocolada ou pelo endereço eletrônico [licitacoes@tjsp.jus.br](mailto:licitacoes@tjsp.jus.br), informando claramente seus dados pessoais, endereço, número de telefone, e-mail e CPF.

As respostas sobre as dúvidas e questionamentos suscitados serão prestadas por escrito e encaminhadas ao suscitante e disponibilizadas no portal da transparência do TJSP (<http://www.tjsp.jus.br>).

O questionamento que implicar em alteração de condição básica do Credenciamento resultará na revisão do Edital e no prazo de apresentação dos envelopes, que será reaberto.

Os interessados em participar deste Credenciamento ficam alertados de que, antes de se dirigirem ao local designado para entrega dos envelopes e sessão pública, serão previamente identificados pela Fiscalização Judiciária do Tribunal de Justiça, devendo estar no local com a antecedência necessária para cumprimento dos horários e prazos estabelecidos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO**  
**PAULO**

## **1. DO OBJETO**

- 1.1 O presente Edital tem por objeto o Credenciamento de Leiloeiros Oficiais para processar os serviços de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DE PROPRIEDADE DO TJSP.
- 1.2 Este Edital de Credenciamento visa à pré-qualificação e seleção de Leiloeiros Oficiais para futuras realizações de licitações públicas na modalidade “leilão”, não gerando, portanto, a obrigação por parte do TJSP em celebrar contrato com os futuros credenciados.

## **2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 2.1 Pessoas Físicas que sejam Leiloeiros Oficiais poderão participar, devidamente matriculados na Junta Comercial de São Paulo - JUCESP de acordo com a IN DREI nº 17/2013, e ainda, que atenderem todas as condições de qualificação exigidas neste Edital, inscritos ou não no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP. O cadastramento no CAUFESP poderá ser realizado em qualquer unidade cadastradora dos órgãos/entidades que integram o CAUFESP, localizados nesta Unidade da Federação;
- 2.2 É vedada a participação de:
- 2.2.1 Leiloeiros suspensos temporariamente de participar em licitação realizada pela Administração Direta ou Indireta do Estado de São Paulo;
  - 2.2.2 Leiloeiros suspensos ou destituídos pela Junta Comercial do Estado de São Paulo, na forma da IN DREI 17/2013 e Decreto nº 21.981/1932;
  - 2.2.3 Leiloeiros declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
  - 2.2.4 Leiloeiros impedidos de contratar com a Administração Direta ou Indireta do Estado de São Paulo em razão de outras sanções administrativa ou judicialmente aplicadas.
  - 2.2.5 Participação de consórcios e empresas estrangeiras, qualquer que seja sua forma de constituição.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

2.2.6 Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao Tribunal de Justiça, bem como assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

- 2.3 O descredenciamento do Leiloeiro Oficial ocorrerá caso este não cumpra as regras e condições fixadas para o atendimento, sendo estes imediatamente excluídos do Rol de credenciados. Ressaltamos que o Leiloeiro Oficial deverá seguir rigorosamente as normas indicadas neste Edital, no que couber, e demais legislações pertinentes.

### **3. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

- 3.1 Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após o prazo legal não serão aceitas alegações de desconhecimento.
- 3.2 Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, os interessados e qualquer cidadão, com plena capacidade civil, é parte legítima para impugnar este edital.
- 3.3 Decairão do direito de impugnar os termos deste edital os interessados que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes.
- 3.4 O esclarecimento em relação ao Edital e seus Anexos poderá ser solicitado por e-mail: [licitacoes@tjsp.jus.br](mailto:licitacoes@tjsp.jus.br)
- 3.5 A impugnação em relação ao Edital e seus Anexos deverá ser encaminhada por e-mail: [licitacoes@tjsp.jus.br](mailto:licitacoes@tjsp.jus.br).
- 3.6 A falta de pedido de esclarecimentos ou a não impugnação aos termos deste Edital de Credenciamento, na forma e prazo legalmente definidos, acarreta a decadência do direito de arguir as regras do Edital.
- 3.7 O TJSP não se responsabilizará por pedidos de esclarecimentos ou impugnações protocoladas fora do prazo, e em local diverso do mencionado neste Edital.
- 3.8 Os interessados em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes às impugnações e esclarecimentos no sítio oficial do TJSP ([www.tjsp.jus.br](http://www.tjsp.jus.br)).

### **4. DA ENTREGA DO ENVELOPE E DOCUMENTOS**

- 4.1 ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- 4.1.1 O Leiloeiro Oficial interessado no credenciamento deverá entregar até às **13:30 horas** do dia **17/05/2021** no GPL - Grupo de Pregoeiros – Licitações, na Rua Direita, nº 250, 23º andar, Centro, São Paulo/Capital envelope **único** contendo PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e DECLARAÇÕES para ser credenciado.
- 4.1.2 Os documentos que não puderem ter sua autenticidade verificada pela internet devem ser apresentados em cópia autenticada ou original e cópia para ser autenticada pela Comissão ou servidor da Administração.
- 4.1.3 Não serão aceitos protocolos de certidões e/ou de documentos de que trata este item edital, sendo a apresentação dos referidos de inteira responsabilidade do Leiloeiro Oficial. O envelope lacrado e corretamente identificado contendo o requerimento obrigatoriamente instruído com Proposta, Documentos de Habilitação e as Declarações (conforme modelos do ANEXO II).
- 4.1.4 Eventual omissão de dados de identificação poderá ser corrigida pela Comissão ou funcionário responsável pelo recebimento do envelope.
- 4.1.5 A entrega do envelope configura a aceitação de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como implica a obrigatoriedade de manter todas as condições de proposta, habilitação e qualificação exigidas para a contratação, obrigando-se o requerente a declarar, sob as penas da lei, a superveniência de fato impeditivo à participação, quando for o caso.
- 4.1.6 Cada Leiloeiro Oficial poderá apresentar apenas um envelope contendo a documentação.
- 4.1.7 Os envelopes referidos neste item permanecerão fechados e intactos até a hora de sua abertura na sessão pública.
- 4.1.8 Não serão aceitos documentos enviados por intermédio de fax ou e-mail.
- 4.1.9 Todos os horários estabelecidos neste Edital, aviso e sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília/DF.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- 4.1.10 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do Credenciamento na data marcada, a sessão será redesignada pelo Relator da Comissão e dada publicidade.

## **5. DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA, HABILITAÇÃO E DECLARAÇÕES**

### **5.1 PROPOSTA:**

- 5.1.1 Indicação do percentual de 5% a ser cobrado a título de comissão pelos serviços.
- 5.1.2 Declaração expressa de que nos preços cotados (percentual de comissão) estão incluídos todas as despesas, tributos e encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto do Edital, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.
- 5.1.3 Proposta com prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) meses corridos, a contar da data de sua apresentação.
- 5.1.4 Requerimento conforme MODELO A do ANEXO II indicando os seguintes dados: nome/CPF/número da matrícula JUCESP do profissional leiloeiro, colocando o número do edital, data e hora de abertura, endereço completo, o número do telefone, e-mail e nome do representante para contato.
- 5.1.5 Apresentar quaisquer outras informações afins que julgar necessárias ou convenientes estabelecidas no Edital e seus Anexos.
- 5.1.6 Os Leiloeiros Oficiais interessados no Credenciamento deverão formalizar requerimento dirigido à Comissão Especial de Licitação, conforme MODELO A do ANEXO II, e instruí-lo obrigatoriamente com os documentos de habilitação e declarações.

### **5.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

#### **5.2.1 Da Documentação relativa à *Habilitação Jurídica*:**

- 5.2.1.1 Cédula de Identidade;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

5.2.1.2 Certidão Oficial fornecida pela Junta Comercial do Estado de São Paulo de registro do leiloeiro oficial, bem como sua regularidade para o exercício da serventia, na forma das disposições do Decreto n.º 21.981/1932 e IN 17/2013, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias do termo final para apresentação do envelope de documentação, que ateste a regular matrícula do leiloeiro.

5.2.2 Da Documentação econômico-financeira

5.2.2.1 O leiloeiro deverá comprovar que possui boa situação financeira. Considera-se boa situação financeira da licitante aquela que não esteja em regime falimentar. A comprovação se dará mediante apresentação de Certidão Negativa de Distribuição de Falências, Concordatas e Recuperações Judiciais.

5.2.2.2 Se positiva, deverá apresentar a certidão de objeto e pé do processo.

5.2.3 Da Documentação relativa à *Regularidade Fiscal e Trabalhista*

5.2.3.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

5.2.3.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual ou Distrital e Municipal do local onde esteja registrada a matrícula do Leiloeiro Oficial, na forma da lei, mediante:

5.2.3.2.1 Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativada União;

5.2.3.2.2 Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual;

5.2.3.2.3 Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal (Tributos Mobiliários);

5.2.3.3 Prova de Regularidade para com o FGTS, mediante certidão negativa de débitos com o fundo de garantia (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal, com seu prazo de validade em vigor na data da abertura do julgamento;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

5.2.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, com seu prazo de validade em vigor na data da abertura do julgamento.

5.2.4 Da Documentação relativa à *Qualificação Técnica*

5.2.4.1 O leiloeiro deverá possuir experiência e capacidade técnico-operacional para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto de maior relevância deste credenciamento. Considera-se serviços de maior relevância e compatível a prova de alienação por leilão de: veículos/carros; mobiliário e demais materiais de escritório; e materiais de informática.

5.2.4.2 A comprovação se dará por meio de atestado, certidão e/ou declaração fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove ter o Leiloeiro realizado de forma satisfatória leilão de bens móveis, item de maior relevância.

5.2.5 Demais documentos exigidos:

5.2.5.1 Ter idoneidade comprovada mediante a apresentação de certidões de Distribuição Cível e Criminal expedidas pelas Justiças Federal e Estadual, correspondentes à circunscrição em que o leiloeiro tiver o seu domicílio, relativas ao último quinquênio, obtidas nos endereços eletrônicos. Se positiva, deverá apresentar a certidão de objeto e pé do processo.

5.2.6 DAS DECLARAÇÕES

5.2.6.1 Os Leiloeiros Oficiais deverão apresentar, também, as declarações a seguir, conforme modelos constantes do **ANEXO II**:

5.2.6.2 Declaração de Inexistência de fatos impeditivos (**MODELO B** do ANEXO II).

5.2.6.3 Declaração de que o participante cumpre o disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e demais legislação pertinente (**MODELO C** do ANEXO II).





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

5.2.6.4 Declaração de que está em situação regular para o exercício da profissão (**MODELO D** do ANEXO II).

5.2.6.5 Declaração de que cumprirá, quando lhe for exigido, as condições descritas no **MODELO E** do ANEXO II.

## **6. DA SESSÃO PÚBLICA DO CREDENCIAMENTO**

6.1 Da sessão pública de abertura dos envelopes:

6.1.1 A sessão pública de abertura dos envelopes será realizada no dia **17/05/2021, às 14:00 horas**, na sala do Grupo de Pregoeiros-Licitações, sito a rua Direita, 250, 23º andar, Centro, São Paulo, SP.

6.1.1.1 **A sessão pública será transmitida virtualmente, por meio do endereço eletrônico abaixo, onde os interessados poderão participar remotamente:**

*([https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting\\_YzkwZTNhZWUtMzI4ZC00NGI5LTg0OWItYmI1MmMzMzI5MDcx%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%223590422d-8e59-4036-9245-d6edd8cc0f7a%22%2c%22Oid%22%3a%228c77c31e-a1df-4ecd-ad40-b9888b481bbb%22%7d](https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YzkwZTNhZWUtMzI4ZC00NGI5LTg0OWItYmI1MmMzMzI5MDcx%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%223590422d-8e59-4036-9245-d6edd8cc0f7a%22%2c%22Oid%22%3a%228c77c31e-a1df-4ecd-ad40-b9888b481bbb%22%7d))*

6.1.1.2 Não haverá impedimento da participação presencial dos leiloeiros interessados no local indicado no item 6.1.1, para tanto recomenda-se que o acesso à sessão pública seja feito de forma virtual.

6.1.1.3 Caso o local não comporte o número de leiloeiros oficiais interessados, a Comissão poderá realizar a sessão em outro local, comunicando os leiloeiros oficiais que entregaram envelopes.

6.1.2 No dia e hora marcados para a abertura da sessão pública, a Comissão Especial de Licitação apresentará aos presentes os envelopes entregues dentro do prazo previsto.

6.1.3 A Comissão abrirá os envelopes e, após verificados, será dada vista aos presentes de seus conteúdos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- 6.1.4 Abertos os trabalhos da sessão pública pelo Presidente da Comissão, não serão recebidos outros documentos, nem serão permitidos adendos ou alterações naqueles que tiverem sido apresentados, ressalvada a faculdade de a Comissão promover diligências para a obtenção de informações e esclarecimentos complementares de quaisquer dos Leiloeiros Oficiais participantes.
- 6.1.5 Após a rubrica dos documentos pela Comissão, será efetuada a análise da documentação apresentada, cujo resultado será proferido após as diligências eventualmente realizadas, se necessárias.
- 6.1.6 A critério da Comissão, à vista do volume de Pedidos de Credenciamento, a Sessão poderá ser suspensa para posterior análise da documentação e julgamento dos Pedidos de Credenciamento.
- 6.1.7 Será desclassificado o Leiloeiro Oficial que entregar o envelope fora do prazo assinalado;
- 6.1.8 Será inabilitado do Credenciamento o Leiloeiro Oficial que deixar de apresentar a documentação na forma e prazo previsto no item 5 deste Edital.
- 6.1.9 O julgamento será efetuado de acordo com os requisitos previstos neste Edital, e será considerado habilitado o Leiloeiro Oficial que apresentar a Proposta, as Declarações e a documentação necessária à habilitação.
- 6.1.10 Será considerado inabilitado o Leiloeiro Oficial que deixar de apresentar a documentação solicitada no subitem 5, apresentá-la com vícios/defeitos, contrariar qualquer exigência contida neste Edital, ou cujos documentos estiverem com prazo(s) de validade vencido(s).
- 6.1.11 Do julgamento dos documentos da comissão, caberá recurso, conforme previsto no inciso I, do artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.
- 6.1.12 Não será causa de inabilitação a mera irregularidade formal que não afete o conteúdo, a veracidade do documento, ou não impeça seu entendimento.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO**  
**PAULO**

- 6.1.13 A ocorrência de fato superveniente que possa acarretar inabilitação de Leiloeiro Oficial deverá ser comunicada imediatamente à Comissão, no momento em que se verificar.
- 6.1.14 Dada a natureza do contrato, bem como a especificidade dos serviços, serão credenciados os Leiloeiros Oficiais que atenderem as exigências às necessidades elencadas neste Edital.
- 6.1.15 Havendo a concordância dos Leiloeiros Oficiais que apresentaram proposta, a Comissão poderá realizar, nesta mesma sessão ou em data designada, o sorteio para ordenamento dos Leiloeiros Oficiais habilitados no banco de credenciados, de tudo lavrando-se Ata.
- 6.1.16 Será lavrada Ata que conterà o registro das principais ocorrências da sessão, em especial a enumeração dos Leiloeiros Oficiais participantes que apresentarem os envelopes contendo a "Documentação para Habilitação".
- 6.1.17 Decorrida a fase de habilitação, não cabe desistência pelo participante, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente formalmente comunicado e aceito pela Comissão.

## **7. DA SESSÃO E PROCEDIMENTO DO SORTEIO**

### **7.1 Da Sessão de Classificação (Sorteio):**

- 7.1.1 Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição ou havendo renúncia de todos os leiloeiros participantes, a Comissão convocará os Leiloeiros Oficiais habilitados para a sessão pública de sorteio destinado à elaboração do rol de credenciados, sendo que a relação numerada obedecerá ao critério de ordem de sorteio.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- 7.1.2 A sessão pública de sorteio para elaboração do rol de credenciados será realizada na sala do Grupo de Pregoeiros-Licitações, sito à Rua Direita, 250, 23º andar, Centro, São Paulo, SP, em data e horário previamente designado e comunicado aos Leiloeiros Oficiais participantes. Caso o local não comporte o número de leiloeiros oficiais habilitados, a Comissão poderá designar outro local para realização da sessão, comunicando os Leiloeiros Oficiais habilitados.
- 7.1.3 A relação numerada de Leiloeiros Oficiais credenciados será utilizada de forma a se estabelecer a ordem de designação e o rodízio dos Leiloeiros Oficiais, e será rigorosamente seguida, mantendo-se a sequência, a começar pelo primeiro sorteado.
- 7.2 Para a Sessão do sorteio, a Comissão terá à sua disposição 02 (duas) urnas, sendo o procedimento realizado da seguinte maneira:
- 7.2.1 Serão dispostas na urna de nº 1, tantas cédulas quantas forem os participantes habilitados, cada qual com a indicação do nome dos Leiloeiros Oficiais em disputa.
- 7.2.2 Serão dispostas na urna de nº 2, tantas cédulas quantas forem os participantes habilitados, cada qual com a indicação da numeração do 1º (primeiro) até o último colocado.
- 7.2.3 O Presidente da Comissão então procederá ao sorteio, retirando da urna de nº 1 o nome do Leiloeiro Oficial e da urna de nº 2 a cédula que indicará a ordem que o licitante participante ocupará na lista dos Leiloeiros Oficiais em disputa (rol de Credenciados).
- 7.2.4 Será afixada cópia do resultado do sorteio no quadro de Diretoria de Licitações, bem como será disponibilizado no sítio do TJSP, qual seja, [www.tjsp.jus.br](http://www.tjsp.jus.br), portal da transparência e publicado no DJE.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## **8. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

- 8.1 Das decisões da Comissão Especial de Licitação caberá recurso a ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação do ato ou lavratura da ata, nos termos do artigo 109 da Lei nº 8.666/93.
- 8.2 O recurso será dirigido à Autoridade Superior, por intermédio da Comissão Especial de Licitações, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.
- 8.3 Interposto, o recurso será comunicado aos demais participantes que, se desejarem, poderão contrarrazoá-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 8.4 Durante o prazo previsto para interposição dos recursos, a Comissão Especial de Licitação abrirá vista de todo o processo aos interessados, no GPL – Grupo de Pregoeiros – Licitações sito à Rua Direita, 250, 23º andar, Centro, São Paulo/Capital, facultada a extração de cópia às expensas do solicitante.

## **9. DA HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO**

- 9.1 Decorrido o prazo recursal ou após a decisão dos recursos eventualmente interpostos, a relação numerada dos Leiloeiros Oficiais credenciados, respeitada a ordem de classificação por sorteio, será homologada pela Autoridade competente e publicada no Diário da Justiça Eletrônico – DJE.

## **10. DAS FORMALIDADES PRÉ-CONTRATUAIS E VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO**

- 10.1 O presente Credenciamento vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data da publicação da relação numerada dos Leiloeiros Oficiais credenciados no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- 10.2 O contrato a ser celebrado terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério do TJSP e com a concordância do Leiloeiro contratado, por período igual ou inferior, até o limite permitido na Lei nº 8.666/93, com atribuição de 01 (um) leilão para cada Leiloeiro Oficial, podendo em comum acordo com o TJSP fazer quantas hastas públicas forem necessárias, de acordo com a ordem estabelecida no sorteio.
- 10.3 Quando convocado, o Leiloeiro Oficial que estiver suspenso/impedido de realizar leilões perderá a vez, situação em que será chamado o próximo na ordem de classificação.
- 10.4 Havendo descredenciamento de Leiloeiro Oficial, sua posição será ocupada pelo próximo na ordem de classificação, reordenando os demais.
- 10.5 Após a homologação do resultado, será divulgada a relação numerada de Leiloeiros Oficiais credenciados e será utilizada de forma a se estabelecer a ordem de designação e o rodízio dos Leiloeiros Oficiais, que será rigorosamente seguida, mantendo-se a sequência, a começar pelo primeiro sorteado.
- 10.6 Quando identificado pelo TJSP a necessidade da realização de leilões, será convocado o leiloeiro da vez, obedecida a ordem de classificação obtida em sorteio, para apresentação do plano de trabalho e relação pormenorizada dos bens, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, que serão parte integrante do contrato.
- 10.7 Aprovado o plano de trabalho pela Comissão de Alienação, o Leiloeiro Oficial será convocado, fixado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura do contrato, contados da comunicação.
- 10.8 A falta de atendimento à assinatura do contrato sujeitará o Leiloeiro Oficial às penalidades legais, salvo por justo motivo.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- 10.9 O Leiloeiro Oficial deverá, no prazo de 05 (cinco) dias contados da intimação, apresentar Garantia de Execução Contratual equivalente a 3% (três por cento) do valor de avaliação dos bens a serem leiloados, nas hipóteses do plano de trabalho prever que os bens serão transportados e armazenados para local ou estabelecimentos que não sejam do TJSP. A Garantia deverá ser em uma das seguintes modalidades e a critério do Leiloeiro Oficial: depósito em dinheiro em conta do fundo especial de despesa do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; títulos da dívida pública; seguro-garantia ou fiança bancária.
- 10.10 A falta de atendimento à convocação para apresentação da garantia no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação, sujeitará o Leiloeiro Contratado às penalidades legais.
- 10.11 Na eventual prorrogação do contrato ou na ocorrência de acréscimos quantitativos e alterações de preços, o Leiloeiro Oficial deverá reapresentar nova garantia ou complementá-la, nos termos do item anterior, no prazo de 10 (dez) dias úteis da assinatura do respectivo termo.
- 10.12 Na hipótese de evidenciar qualquer impropriedade ou incorreção, o TJSP exigirá sua regularização ou substituição que deverá ser providenciada pela Contratada no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data de intimação.
- 10.13 A falta de atendimento à convocação para regularização ou substituição da garantia na forma e prazos especificados sujeitará à Contratada as penalidades previstas no Edital.

**11. DA ADMISSÃO DE LEILOEIROS DURANTE A VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO**

- 11.1 No período de vigência do credenciamento poderão ser admitidos leiloeiros oficiais desde que estejam em condições de habilitação nos termos deste edital.
- 11.2 O leiloeiro oficial credenciado será classificado na última posição mais um, da lista de sorteio já estabelecida a época da sessão pública, de acordo com a data e horário de protocolo dos documentos de habilitação, caso haja mais de um interessado no credenciamento.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1** A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão pela Administração na forma e consequências previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como o constante nos art. 92 e 93 do Provimento CSM nº 2.138/2013, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que aludem a mencionada legislação federal e art. 94 do aludido Provimento:

*“Provimento CSM nº 2.138/2013:*

*Art. 94 – Os casos de descumprimento, inexecução, inadimplência e atraso na execução do contrato são os previstos no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.*

*§ 1º – A recusa da contratada em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Tribunal de Justiça ou pelo edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às seguintes penalidades:*

*I – multa de 20% (vinte por cento) a 100% (cem por cento) do valor do contrato ou instrumento respectivo; e,*  
*II – pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação ou contratação para o mesmo fim.*

*§ 2º – O atraso injustificado de até 30 (trinta) dias para assinatura do contrato, da prestação de garantia ou da execução do serviço, incluindo a assistência técnica em bem ou produto em período de garantia, compra ou obra, sem prejuízo do que dispõe o*

*§ 1º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará a contratada a multa de mora de 0,50% (cinquenta centésimos percentuais) ao dia.*

*§ 3º – O não atendimento ao disposto no inc. IV do art. 62 ensejará a aplicação da multa prevista no § 2º, a contar do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido para substituição.*

*§ 4º – Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra, bem como pelo atraso ou não atendimento de assistência técnica em bem ou produto em período de garantia, poderão ser aplicadas à contratada as seguintes penalidades:*

*I – multa de 20% (vinte por cento) a 100% (cem por cento), nos casos que excederem o prazo estabelecido no § 2º;*

*II – multa de 1% (um por cento) a 100% (cem por cento) do valor das mercadorias não entregues ou da obrigação não cumprida;*

*III – pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação ou contratação para o mesmo fim.*

*§ 5º – As multas previstas neste artigo e no contrato poderão ser descontadas de pagamentos eventualmente devidos pelo Tribunal de Justiça.*

*§ 6º – As multas não recolhidas e/ou não descontadas dos pagamentos poderão, a critério da Administração, ser compensadas com as garantias prestadas no contrato, vedando-se o pagamento com serviços ou produtos.*

*§ 7º – Esgotadas as possibilidades administrativas, a cobrança da multa será efetuada judicialmente.*

*§ 8º – A aplicação das multas previstas neste artigo não exclui outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93.”*





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

12.2 Constatada a inveracidade ou falsidade de quaisquer informações ou declarações fornecidas pela licitante, com referências aos termos do presente instrumento convocatório, sofrerá, além da declaração de inidoneidade, mais, no que couber, as seguintes sanções:

12.2.1 inabilitação, se a licitação se encontrar na fase de julgamento de habilitação;

12.2.2 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça por até 2 (dois) anos;

12.2.3 cancelamento do registro cadastral junto ao Tribunal de Justiça.

12.3 Os valores referentes à multa e demais importâncias, quando não ressarcidos pela Contratada, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata tempore.

### **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 Os bens serão alienados no estado de conservação em que se encontrarem, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas pelo Leilão Eletrônico.

13.2 A Administração poderá revogar o presente Credenciamento por interesse público, devidamente justificado, sem que caiba ao participante direito a indenização.

13.3 A Administração deverá anular, de ofício ou por provocação, o presente Credenciamento, no todo ou em parte, sempre que ocorrer ilegalidade, na forma da Lei.

13.4 A anulação do procedimento não gera direito à indenização, salvo nos casos legais.

13.5 É facultado à Comissão ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- 13.6 A tolerância do TJSP com qualquer atraso ou inadimplência por parte do Leiloeiro Contratado não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou novação.
- 13.7 É vedado ao Leiloeiro Contratado subcontratar total ou parcialmente o objeto deste processo.
- 13.8 Os casos omissos serão decididos pelo Presidente da Comissão Especial de Licitação, cabendo recurso à Autoridade Superior.
- 13.9 Fica eleito o foro da Comarca da Capital de São Paulo/SP para dirimir quaisquer conflitos provenientes deste Credenciamento, por mais privilegiado que possa ser qualquer outro.
- 13.10 A divulgação dar-se-á mediante aviso de publicação no DJE e em jornal de grande circulação local. A Administração poderá utilizar-se, suplementarmente e a qualquer tempo, com vistas a ampliar o universo dos credenciados, de convites a interessados do ramo que gozem de boa reputação profissional ao Credenciamento.

São Paulo/SP, 20 de abril de 2021.

**Eliana Bontansa**  
*Coordenadora de Licitações e Compras*  
SAAB 5.1

**Rodnei Pinto Fernandes**  
*Diretor de Licitações e Suprimentos*  
SAAB 5

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente é o credenciamento de leiloeiros oficiais para a realização de leilões destinados ao desfazimento de bens móveis inservíveis de propriedade do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, conforme prevê a Portaria nº 9.924/2020, Decreto nº 21.981/1932 e a Lei nº 8.666/1993 e demais legislações pertinentes, na forma deste TERMO DE REFERÊNCIA.

**2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, QUANTITATIVOS E VALORES**

- 2.1. Será realizado o credenciamento de Leiloeiros Oficiais por um período de 60 (sessenta) meses, em escala de revezamento, obedecendo a lista ordenada por sorteio a ser realizada na sessão pública.
- 2.2. Concluído o credenciamento, todos e quaisquer esclarecimentos referentes à execução estará à disposição a Comissão de Acompanhamento de Leilões designada pela Presidência do Tribunal de Justiça pelo telefone: 4635-6017 e/ou no email: [gpl@tjsp.jus.br](mailto:gpl@tjsp.jus.br)
- 2.3. Os materiais e equipamentos que serão leiloados são considerados inservíveis conforme disposto na Portaria nº 9.924/2020.

**3. DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES**

- 3.1. O prazo de execução dos serviços será de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos a contar da data da assinatura do contrato pelo TJSP, podendo ser prorrogado por igual período.

- 3.2. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura, e a eficácia legal dar-se-á a partir do primeiro dia útil após a publicação do extrato do contrato no Diário da Justiça Eletrônico.
- 3.3. A vigência contratual poderá ser prorrogada em conformidade com o disposto no art. 57 da Lei 8.666/1993 e alterações posteriores.

#### 4. DO PLANO DE TRABALHO

- 4.1. O TJSP irá disponibilizar a relação de bens inservíveis, agrupados por lotes de materiais, de acordo o processamento interno de separação e análise.
  - 4.1.1. A relação irá conter: número do lote do leilão (vazio), número do lote do TJ, grupo de material, número do patrimônio (se existir), descrição do bem, número de série (se houver), número do processo, quantidade e local de armazenamento.
- 4.2. A partir desta relação, o Leiloeiro Oficial contratado deverá visitar os locais de armazenamento dos materiais para avaliação dos lotes formados pelo TJSP, com a finalidade de elaborar o plano de trabalho detalhado.
- 4.3. São elementos obrigatórios no plano de trabalho:
  - 4.3.1. análise e sugestão de valor mínimo de viabilidade de venda de cada um dos bens inservíveis;
  - 4.3.2. captação de imagens para registro dos bens inservíveis;
  - 4.3.3. proposta de formação de outros lotes a partir da lista apresentada pelo TJSP, somente se os agrupamentos sugeridos pela Unidade de Controle Patrimonial, não tenha potencial de venda;
  - 4.3.4. Indicação do nome do Leiloeiro Oficial, Matrícula JUCESP, *site* onde será realizado o leilão on-line, telefone, e-mail, nome do Banco, agência e conta corrente e número do CPF.

- 4.4. O plano de trabalho será submetido à avaliação do TJSP, que se manifestará formalmente, por meio da Comissão de Acompanhamento de Leilões, quanto à autorização para a execução das atividades planejadas;
- 4.5. A autorização que trata o item anterior não implica em qualquer responsabilização por parte do TJSP quanto à execução do Plano de Trabalho planejado pelo Leiloeiro Oficial Contratado, ficando este como único responsável por sua operacionalização;
- 4.6. Somente após a autorização expedida pelo TJSP, a execução dos serviços planejados poderá ser iniciada;
- 4.7. O Leiloeiro Oficial não poderá movimentar os materiais para formação de novos lotes sem a autorização prévia do TJSP.
- 4.8. O prazo para a execução e entrega do plano de trabalho ao TJSP é de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da entrega do inventário dos bens considerados genericamente inservíveis ao Leiloeiro Oficial.

## 5. DO EDITAL DO LEILÃO

- 5.1. O TJSP irá fornecer ao Leiloeiro Oficial, após a análise do Plano de Trabalho, a minuta de Edital de Leilão padronizado.
- 5.2. O Leiloeiro Oficial deverá conferir os seus dados, analisar o teor do documento se está de acordo com suas práticas operacionais e se a lista dos lotes encartados na minuta de edital está de acordo com o Plano de Trabalho elaborado.
- 5.3. O Leiloeiro Oficial poderá propor alterações operacionais de acordo com os seus trabalhos para realização do leilão, no que tange à realização do leilão e aos procedimentos operacionais.
- 5.4. Propostas de alterações nos demais itens da minuta de edital deverão ser analisadas pela área jurídica do TJSP.

## 6. DO CONTRATO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1. Concluído e homologado o Credenciamento, os Leiloeiros Oficiais credenciados, obedecida a ordem de classificação, de acordo com a oportunidade e conveniência do TJSP, serão oportunamente convocados para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços.
- 6.2. O Leiloeiro Oficial credenciado convocado deverá comparecer para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação para tal, através de correio eletrônico ou notificação pessoal.
- 6.3. Quando o Leiloeiro Oficial credenciado convocado para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços não comparecer, será convocado o Leiloeiro Oficial credenciado seguinte constante da lista resultante deste procedimento.
- 6.4. A não assinatura do Contrato poderá ser entendida como recusa injustificada, que ensejará seu imediato cancelamento e o chamamento de outro Leiloeiro Oficial credenciado, obedecida a ordem estabelecida no sorteio, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste instrumento e seus anexos, e na legislação que disciplina a matéria.
- 6.5. O Leiloeiro Oficial que rejeitar a designação/contratação, e/ou estiver impedido pela Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP de realizar leilões, perderá sua vez, situação em que será chamado o próximo da ordem de cadastro;
- 6.6. Havendo descredenciamento de Leiloeiro Oficial, sua posição será ocupada pelo próximo na ordem de Credenciamento, reordenando os demais.
- 6.7. Se entre a data da apresentação da documentação completa e a data prevista para assinatura do Contrato decorrer lapso superior a 90 (noventa) dias, o Leiloeiro Oficial deverá, para assinatura do referido instrumento, declarar que mantém as mesmas condições exigidas para o Credenciamento e apresentar, se solicitado,

nova documentação para substituir aquela que porventura estiver com prazo de validade expirado;

- 6.8. Antes do início da execução dos leilões, o Leiloeiro Oficial Contratado deverá providenciar a elaboração de plano de trabalho contendo todas as informações para caracterizar a operação que será realizada, o qual deverá ser previamente submetido ao TJSP para aprovação;
- 6.9. Havendo a recusa fundamentada pela Comissão de Acompanhamento do Leilão do TJSP, o leiloeiro deverá apresentar novo plano de trabalho, assinalando-se prazo razoável. Em caso de recusa do plano de trabalho em 03 (três) oportunidades, o TJSP promoverá a rescisão do contrato e chamará o próximo leiloeiro credenciado;
- 6.10. Todas as atividades objeto do Contrato serão acompanhadas e auditadas por Comissão de Acompanhamento do Leilão do TJSP designada pela E. Presidência do TJSP, e será presidida por servidor integrante do Grupo de Pregoeiros – Licitações e composta, ainda, por servidores indicados pela Diretoria de Licitações e área responsável pelo material a ser leiloado, que terão a função de verificar a conformidade de cada uma das etapas realizadas;
- 6.11. O Leiloeiro Oficial contratado deverá fornecer todos os insumos necessários, materiais, humanos e tecnológicos, para a realização do conjunto dos serviços;

## 7. DOS VALORES DE POTENCIAL DE VENDA DOS BENS INSERVÍVEIS

- 7.1. O Leiloeiro Oficial Contratado deverá sugerir e indicar o valor mínimo e potencial de venda de cada um dos bens móveis considerados inservíveis, antieconômicos ou ociosos que serão leiloados.
- 7.2. A avaliação dos bens móveis considerados inservíveis, que compõem o inventário disponibilizado pelo TJSP, deverá conter no mínimo os seguintes dados:
- 7.2.1. Identificação do Bem: características gerais e específicas do bem (com alto índice de detalhamento);

- 7.2.2. dados complementares, a depender do tipo do bem a ser leiloados;
- 7.2.3. condições dos bens considerados inservíveis: listagem e/ou descrição informando sobre as condições dos bens;
- 7.2.4. o registro fotográfico e filmagens dos bens móveis considerados inservíveis que serão leiloados com alta precisão de detalhamento;
- 7.2.5. outros registros pertinentes que influenciem no potencial de precificação;
- 7.2.6. Deverão ser levados em consideração os valores de implementos, acessórios e equipamentos obrigatórios faltantes ou instalados, o valor médio de comercialização regional, a depreciação do bem em razão de avarias, estado de conservação geral, potencial de recuperabilidade para utilização (incluindo gastos com peças e mão de obra qualificada), potencial de revenda para o segmento de desmonte de bens, potencial de revenda como sucata e outros fatores que se apresentarem pertinentes ou contribuam para a correta definição do valor do bem inservível;
- 7.2.7. O valor de mercado e o potencial valor de venda do bem inservível deverá constar em relatório, indicando ainda a melhor estratégia de venda para o bem;
- 7.2.8. O valor de liquidação forçada considerar a venda em prazo menor que o da média de mercado;
- 7.2.9. A indicação do valor de potencial de venda será realizada apenas uma vez para cada bem considerado inservível, independentemente da quantidade de leilões em que o bem for ofertado, podendo ser aplicados deságio, desde que previamente aprovado pela Comissão de Alienação.
- 7.2.10. Caberá ao TJSP a aprovação do valor mínimo viável de venda dos bens considerados inservíveis ou lotes de bens a serem leiloados;
- 7.2.11. Como resultado da avaliação deverá ser gerado laudo digital em formato PDF em sistema destinado a realização e gerenciamento de identificação, fornecido pelo Leiloeiro Oficial Contratado, contendo os dados mínimos



acima referenciados e devidamente assinado por profissional responsável;

- 7.2.12. O sistema de tecnologia da informação que trata o caput deverá estar, necessariamente, integrado à plataforma eletrônica de venda on-line;
- 7.2.13. Para que o TJSP possa acompanhar e auditar todo o processo de avaliação, o Leiloeiro Oficial Contratado deverá garantir o armazenamento no Sistema, dos laudos de avaliação por período não inferior a 05 (cinco) anos contados da data da arrematação do bem, com possibilidade de recuperação imediata sempre que solicitado durante esse período;
- 7.2.14. O Leiloeiro Oficial Contratado deverá disponibilizar acesso do sistema ao TJSP, inclusive por aplicativo em dispositivo móvel, com geolocalização da vistoria e fotos, bem como, permitindo o funcionamento on-line e off-line, nas tecnologias iOS e ANDROID.

## 8. DO LEILÃO ELETRÔNICO ON-LINE

- 8.1. A plataforma de leilão eletrônico on-line a ser disponibilizada pelo Leiloeiro Oficial Contratado deverá atender minimamente, quando da contratação, os seguintes requisitos:
  - 8.1.1. Apresentação dos lotes;
  - 8.1.2. Relação dos bens considerados inservíveis que compõem cada lote acompanhado de fotografias;
  - 8.1.3. Especificações técnicas relevantes sobre os bens considerados genericamente inservíveis e seu estado de conservação;
  - 8.1.4. Classificação dos bens considerados inservíveis;
  - 8.1.5. Laudo de avaliação;
  - 8.1.6. Preço do bem ou do lote.
  - 8.1.7. Ter homologação pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo do site e sistema, nos termos do Provimento CSM nº 1625/2009.

- 8.1.8. A ferramenta computacional deverá promover a disponibilização on-line de meio de sinal de pagamento.
- 8.2. Todos os leilões deverão ser realizados de forma eletrônica e, quando necessário, também na forma presencial.
- 8.3. Os bens alienados deverão estar em exposição nos locais indicados no site, com a descrição de cada lote (se houver mais de um), para a visita dos interessados.
- 8.4. O Leiloeiro Oficial Contratado deverá elaborar, juntamente com o plano de trabalho, as ações de marketing e submetê-lo ao TJSP para validação, com o objetivo de atingir ao máximo os possíveis segmentos interessados na arrematação dos bens considerados inservíveis, através de mídia eletrônica e/ou impressa.
- 8.5. Caberá ao TJSP a publicação dos editais do leilão na imprensa oficial. Demais publicações e em jornais de grande circulação, ficarão sob responsabilidade do Leiloeiro Oficial Contratado, inclusive todos os custos associados.
- 8.6. Definidos pelo TJSP os valores mínimos de venda, que poderá ou não ser divulgado ao público, conforme plano de trabalho apresentado, o Leiloeiro Oficial contratado irá estabelecer a seu critério e considerando serem os mais adequados à estratégia de venda, o lance inicial e os incrementos mínimos entre os lances.
- 8.7. Em até 02 (dois) dias úteis após o encerramento do certame, o Leiloeiro Oficial Contratado deverá providenciar a entrega ao TJSP de relatório, em formato digital, onde deverá ser informado o resultado e a performance de lances, dos lotes inclusos naquele leilão, bem como a qualificação dos arrematantes e cônjuges, afim de que o TJSP verifique se são servidores ou membros integrantes do TJSP ou cônjuge destes.
- 8.8. Deverá ser inclusa a divulgação realizada para o leilão, número de visitantes do leilão, número de interessados com lances cadastrados, número de compradores com lance, número de lances obtidos, valores de lance, número de lotes vendidos,

através de resultado consolidado (valores totais) com visualização gráfica e de forma analítica, por lote ofertado.

- 8.9. Em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da informação encaminhada pelo TJSP de que os arrematantes não são servidores ou membros do TJSP ou cônjuges destes, o Leiloeiro Oficial Contratado deverá providenciar a entrega ao TJSP de relatório em formato digital, onde deverá ser informado sobre a conclusão do processo de liquidação dos bens considerados genericamente inservíveis inclusos naquele leilão, especificando dados sobre os pagamentos, prazo para retirada dos bens considerados genericamente inservíveis, cancelamentos/desistências e outras informações que forem pertinentes.
- 8.10. Além das informações do relatório anterior, informações completas de todos os compradores cadastrados no leilão (nome completo e CPF), login utilizado no sistema, data de cadastro no sistema, endereço físico completo, endereço eletrônico (e-mail de contato), relação dos lotes ofertados no leilão, cópia do Edital do leilão, ágio em % (percentual) sobre o valor de avaliação, relação de lotes efetivamente vendidos, de vendas canceladas, de lotes sem lance e de lotes retirados e a serem retirados do leilão, prazo para retirada, procedência de lances por Cidade e Estado, evolução de lances por lote (incluindo todos os lances dados por todos os compradores) e prestação de contas.
- 8.11. Caberá ao Leiloeiro Oficial Contratado prestar assistência técnica e orientação aos usuários, em tempo real e/ou através de meio eletrônico, quando necessário à perfeita execução do leilão.
- 8.12. O Leiloeiro Oficial Contratado deverá disponibilizar canal de comunicação para contato pelos interessados na aquisição dos bens considerados inservíveis a serem leiloados, através de meio eletrônico (por e-mail e chat online) e serviço telefônico para orientação sobre o processo de leilão e a forma de participação.
- 8.12.1. O canal de comunicação de que trata o caput deverá atender de forma satisfatória a demanda por informações por parte dos interessados,

ficando ainda responsável por prover a estrutura física, de pessoal e de capacitação deles para a realização dessa atividade.

- 8.13. Todas as atividades objeto do leilão eletrônico serão acompanhadas e auditadas pela Comissão de Acompanhamento do Leilão do TJSP, designada pela Egrégia Presidência, que terá a função de verificar a conformidade cada uma das etapas realizadas.

## 9. DO PREÇO E FORMA DE REMUNERAÇÃO

- 9.1. O Leiloeiro Oficial Contratado terá como única forma de remuneração o equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda de cada bem (lote) arrematado, a ser pago pelo arrematante, sendo este percentual definido no Termo de Referência.
- 9.2. Os custos relativos à publicidade e levantamento, transporte, logística e demais providências necessárias à promoção da avaliação e leilão dos bens, serão suportados pelo Sr. Leiloeiro Oficial contratado.
- 9.3. Não cabe ao TJSP, qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo Leiloeiro Oficial para recebê-la.
- 9.4. Caso não ocorra a efetivação da finalização da venda por erro nas publicações legais, ou ainda, no caso de o leilão público ser suspenso por determinação judicial, a comissão será devolvida ao arrematante pelo Leiloeiro Oficial, sem que isso enseje reembolso de qualquer espécie por parte do TJSP.
- 9.5. Caso a arrematação não se efetive com a entrega do bem ao arrematante, a comissão deverá ser devolvida ao arrematante pelo Leiloeiro Oficial, nas hipóteses em que o arrematante não tenha dado causa.
- 9.6. O Leiloeiro Oficial será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro,

emolumentos, demais despesas diretas ou indiretas, e quaisquer outros ônus que se fizerem necessários à execução dos serviços contratados.

## 10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O licitante, ao arrematar um bem ou um lote de bens, deverá efetuar o pagamento do **valor total arrematado** na conta em nome do **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Fundo Especial de Despesa, CNPJ sob nº 51.174.001/0001-93, Banco do Brasil, em conta corrente a ser indicada pelo TJSP**, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após a arrematação, sob pena de perder o direito ao bem ou ao lote de bens, o qual será considerado nulo o lance oferecido, podendo ser repassado para o arrematante anterior, desde que o valor ofertado seja igual ou superior à avaliação.

10.1.1. O pagamento deverá ser efetuado, em **NOME DO ARREMATANTE**, por meio de DOC (Documento de ordem de Crédito) ou TED (Transferência Eletrônica Disponível) ou em dinheiro mediante depósito bancário identificado.

10.1.2. Independente da forma de pagamento efetuado pelo arrematante, a Nota de Venda será liberada somente após a efetiva liberação do recurso (compensação) do crédito na conta corrente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e envio do comprovante de depósito ao e-mail ao Leiloeiro e ao Fundo Especial de Despesa ([fundoespecial@tjsp.jus.br](mailto:fundoespecial@tjsp.jus.br)).

10.1.3. O pagamento será considerado, somente se o arrematante encaminhar **cópia do comprovante** de depósito à Coordenadoria de Controle de Arrecadação do Tribunal de Justiça – SOF 1.2, pelo e-mail: [fundoespecial@tjsp.jus.br](mailto:fundoespecial@tjsp.jus.br), telefones: (11) 4635-6025/6332.

10.1.4. Caso houver recolhimento a maior ou indevido o arrematante deverá solicitar ao leiloeiro(a) restituição, que entrará em contato com a Comissão de Acompanhamento do Leilão do TJSP para providências.

- 10.1.4.1. A restituição do valor será devolvida diretamente ao usuário titular da conta, não sendo permitida a devolução na conta de terceiros.
- 10.2. A título de comissão do (a) Leiloeiro (a), o arrematante deverá efetuar em 48 (quarenta e oito) horas o pagamento do valor de 5%, calculado sobre o valor total do preço ofertado, na conta corrente do **Banco XXXXX, Agência: NNNN - Conta Corrente: NNNN-N, em nome de <LEILOIRO>, CPF: <NÚMERO>.**
- 10.2.1. O pagamento efetuado apenas será considerado realizado após o envio dos comprovantes para o e-mail do(a) Leiloeiro(a) Oficial.
- 10.3. Não serão aceitos pagamentos em dinheiro no decorrer do Leilão ou no escritório do(a) leiloeiro(a) ou na tesouraria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
- 10.4. Qualquer intercorrência para efetivação do pagamento será tratada pela Comissão de Acompanhamento do Leilão do TJSP.

## 11. DA EMISSÃO DA NOTA DE VENDA

- 11.1. A Nota de Venda será emitida pelo Leiloeiro Oficial mediante os requisitos abaixo:
- 11.1.1. O arrematante não estar impedido de participar do leilão: magistrados, funcionários, ocupantes de cargo de direção ou assessoramento ou comissionados vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como seus cônjuges ou companheiros;
- 11.1.2. Confirmação do pagamento integral do preço do bem ou do lote de bens;
- e
- 11.1.3. Homologação pela Autoridade Competente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
- 11.2. A Nota de Venda correspondente deverá constar:
- 11.2.1. **Em caso de Pessoa Física:** o nome completo do arrematante, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, o número da Carteira de Identidade, o endereço completo, indicando o nome e o número do

logradouro, o bairro, a cidade, o Estado e o Código de Endereçamento Postal – CEP e o(s) lote(s) arrematado(s);

11.2.2. **Em caso de Pessoa Jurídica:** a razão social da empresa arrematante, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, o endereço completo da sede social, indicando o nome e o número do logradouro, o bairro, a cidade, o Estado e o Código de Endereçamento Postal – CEP e o(s) lote(s) arrematado(s).

11.3. O Leiloeiro, por meio do sistema online, enviará ao arrematante um e-mail confirmando a arrematação de cada bem ou do lote de bens.

11.4. Cumpridos os requisitos do item 11.1, a nota de venda será emitida pelo Sr(a). Leiloeiro(a) e entregue ao arrematante no ato de retirada do bem.

## 12. DA ENTREGA, TRANSFERÊNCIA E BAIXA DOS BENS ALIENADOS

### 12.1. Das sucatas de bens móveis em geral considerados inservíveis

12.1.1. A liberação dos lotes iniciará a partir da comunicação oficial do Tribunal de Justiça ao(à) Leiloeiro(a), o(a) qual deverá informar e agendar junto ao servidor do Tribunal de Justiça guardião do bem e ao arrematante a retirada do bem.

12.1.2. O prazo para retirada dos bens será de até 15 (quinze) dias úteis a partir da comunicação, mediante agendamento com a administração local.

12.1.3. O ARREMATANTE será responsável pela fiel execução dos serviços de desmontagem, transporte e carregamento dos materiais arrematados, sendo também e consequentemente de sua inteira responsabilidade todas as obrigações previdenciárias, trabalhistas, fiscais e civis do pessoal contratado a seu serviço, bem como a obrigação de ressarcir todo e qualquer prejuízo ou dano material ou pessoal, causado ao Tribunal de Justiça e/ou a terceiros durante as atividades de desmontagem, carregamento e transporte dos materiais arrematados.

12.1.4. Para o serviço de desmontagem, carregamento e transporte dos lotes arrematados o ARREMATANTE deverá providenciar, além dos

equipamentos necessários, os de proteção e segurança para aqueles serviços, obedecendo todas as normas de segurança na legislação vigente, ficando por sua conta os custos de aluguel de empilhadeiras e similares, bem como, os respectivos operadores habilitados.

12.1.5. O ARREMATANTE deverá indenizar o TRIBUNAL DE JUSTIÇA, por quaisquer danos causados por seus funcionários às instalações ou bens de propriedade do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, por danos físicos ou morais, causados aos funcionários do TRIBUNAL DE JUSTIÇA ou a terceiros.

12.1.6. Todos os bens arrematados **deverão** ser retirados dos galpões do Tribunal de Justiça **obrigatoriamente pelo arrematante**. Não serão aceitas justificativas para a não remoção dos materiais, por quaisquer que sejam os argumentos apresentados, sob pena de aplicação de penalidades cabíveis à espécie.

## 12.2. Dos veículos

12.2.1. A liberação dos lotes iniciará a partir da comunicação oficial do Tribunal de Justiça ao(à) Leiloeiro(a), o(a) qual deverá informar e agendar junto ao servidor do Tribunal de Justiça guardião do bem e ao arrematante a retirada do bem.

12.2.2. Os veículos “com direito a documento”, só serão liberados após:

12.2.2.1. a baixa dos bloqueios e restrições que possam impedir a regularização dos documentos em nome do arrematante; e

12.2.2.2. o Tribunal de Justiça de São Paulo disponibilizar ao arrematante, o CRV (Certificado de Registro de Veículos) com firma reconhecida em cartório, para que este possa fazer a transferência de titularidade, que ocorrerá no prazo de 15 dias úteis.

12.2.3. O arrematante será obrigado, nos termos da legislação de trânsito vigente, a promover a transferência dos lotes vendidos COM DIREITO A



DOCUMENTO, obedecido o prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 123 da Lei Federal Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

- 12.2.4. Caso o arrematante não efetivar a transferência do veículo dentro do prazo legal, será aberto procedimento administrativo apuratório para aplicação de sanções nos termos do Provimento CSM nº 2.138/2013.
- 12.2.5. As placas dos veículos arrematados, com direito a documento, assim como dos veículos em forma de sucatas, foram retiradas e devolvidas ao DETRAN/SP, no entanto será fornecido aos arrematantes cópias das baixas de placas.
- 12.2.6. O Arrematante será responsável pelo pagamento do Licenciamento, IPVA, DPVAT a partir da data da entrega do bem, assim como, o pagamento da Vistoria do DETRAN e Taxa de Transferência do veículo, taxa de emplacamento e tarjeta.
- 12.2.7. O Arrematante será responsável pelo pagamento da taxa de emolumento da cópia autenticada em cartório da procuração do Presidente do Tribunal de Justiça, de acordo com a Tabela de Custas e Emolumentos do Estado de São Paulo, a ser recolhida ao leiloeiro oficial, somente nos casos de exigência do DETRAN.
- 12.2.8. Os veículos leiloados em forma de sucata (sem direito à documentação) estão com a numeração do chassi recortada, o qual foi providenciado sua baixa em definitivo junto ao DETRAN/SP e será entregue aos arrematantes, cópia da baixa permanente do veículo.
- 12.2.9. Qualquer ônus pecuniário ocasionado por atraso na emissão da Nota de Venda, no pagamento estabelecido nos itens 10.1 e 10.2 ou pagamento das taxas vinculadas à expedição do novo CRV será suportado pelo causador do evento.
- 12.2.10. No caso de liberação a terceiros será exigida procuração do arrematante com firma reconhecida, que será retida no ato da retirada do lote.

- 12.2.11. Os veículos com direito à documentação serão leiloados no estado em que se encontram, sendo de inteira responsabilidade do arrematante a sua regularização, conforme legislação vigente.
- 12.3. Os arrematantes deverão cumprir os prazos determinados, sob pena de sujeitarem-se as aplicações previstas em lei nº 8.666/1993 e Provimento CSM nº 2.138/2013, exceto, por impedimentos não causados pelo arrematante, plenamente justificados.
- 12.4. Decorrido o prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados da data em que foram disponibilizadas as Notas de Venda, sem que o arrematante tenha providenciado ou ao menos agendado a retirada do bem ou do lote de bens, o arrematante será considerado desistente e perderá, em favor do Tribunal de Justiça de São Paulo, o valor integral pago pela arrematação, e perderá ainda a comissão do(a) Leiloeiro(a) Oficial, bem como o direito à adjudicação do bem ou do lote de bens arrematados, que permanecerá sob a custódia do Tribunal de Justiça de São Paulo, para ser leilado em outra oportunidade.
- 12.5. O ato de arrematação não gera crédito de ICMS.

### **13. DAS OBRIGAÇÕES DO LEILOEIRO CONTRATADO**

- 13.1. Exercer pessoalmente suas funções, não podendo delegá-las, senão por moléstia ou impedimento ocasional ao seu preposto, após concordância do TJSP, devendo ainda dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados, tanto na publicidade como, e principalmente, na tarefa de identificar os possíveis interessados, independentemente do seu valor e da sua liquidez;
- 13.2. Realizar o(s) leilão(ões) público(s) dos bens relacionados no dia e horário previamente definidos pelo TJSP, no local acordado pelas partes, e dentro das normas do Edital;
- 13.3. Empreender ações e medidas que ressaltem as qualidades dos produtos para que obtenha o melhor valor de venda;

- 13.4. Disponibilizar aos interessados, em seu escritório ou no endereço de visitação dos bens (depósitos), folhetos (folders), publicidade e marketing digital, em quantidade compatível com a previsão do número de lotes e pessoas interessadas, identificando os bens a serem leiloados especificados na planilha, até o dia marcado para a realização do leilão.
- 13.5. Arcar com as despesas relativas à prestação dos serviços, salvo as relativas à produção dos Editais do Leilão e publicações legais, listadas no art. 42º, §2 do Decreto nº 21.981/32.
- 13.6. Promover a divulgação do leilão ouvindo-se previamente a Comissão de Alienação designada pela Autoridade Competente;
- 13.7. Remeter, a possíveis interessados, cópia do Edital do leilão.
- 13.8. Afixar faixas no local da realização do leilão, de modo a facilitar o acesso dos interessados;
- 13.9. Panfletar;
- 13.10. Anunciar o leilão em jornal de grande circulação;
- 13.11. Divulgar o leilão através da internet, afixando fotos dos bens, bem como outros meios de publicidade e/ou marketing digital;
- 13.12. Utilizar sistemas de tele marketing e áudio visual para divulgação do leilão;
- 13.13. Disponibilizar, no dia da realização do leilão, um número de funcionários, facilmente identificáveis e capacitados para o bom desempenho das funções típicas do evento;
- 13.14. Disponibilizar local adequado, para acomodação dos interessados, devendo ser dotado de sanitários, área coberta;
- 13.15. Providenciar os meios necessários para garantir a segurança dos bens a serem levados a leilão, dos interessados e demais pessoas envolvidas no evento nos dias a serem efetivados os leilões;

- 13.16. Instalar equipamentos e sistema de informática para impressão de notas e controles administrativos;
- 13.17. Disponibilizar materiais de escritório, mesas e cadeiras em quantidade suficiente para os atendimentos;
- 13.18. Conduzir o leilão público com dinamismo, dentro dos princípios da impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade e demais que norteiam os certames públicos;
- 13.19. Utilizar-se de seus equipamentos para as preleções de áudio durante a realização do leilão;
- 13.20. Dispor de sistema informatizado, que permita o cadastro dos clientes, impressão de notas de venda em leilão, e emissão eletrônica das notas de arrematação;
- 13.21. Envidar esforços no sentido de efetuar a venda de todos os bens;
- 13.22. Adotar as providências necessárias para agilizar o recebimento dos valores referentes aos bens alienados;
- 13.23. Informar ao TJSP, logo após a conclusão do leilão, os lotes arrematados com os respectivos valores de alienação e qualificação dos arrematantes e seus cônjuges;
- 13.24. Prestar contas, no prazo assinalado pela Comissão de Alienação, mediante a apresentação de relatório detalhado, dos bens, dos arrematantes, dos valores, e de todos os procedimentos executados;
- 13.25. Assumir integral responsabilidade por eventuais danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, em razão da prestação dos serviços objeto deste contrato;
- 13.26. Responsabilizar-se pela observância e cumprimento de todas as disposições legais pertinentes à realização do leilão, obrigando-se a reparar quaisquer danos decorrentes de erro, falha, omissão ou irregularidade;

- 13.27. Arcar com todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias e comerciais, resultantes da execução do presente contrato, bem como pelo pagamento de quaisquer preços públicos que se tenham por devidos;
- 13.28. Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na legislação pertinente;
- 13.29. Pagar toda e qualquer indenização por danos pessoais, morais, materiais, lucros cessantes, trabalhistas causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por sua culpa ou de seus prepostos, decorrentes da execução dos serviços contratados;
- 13.30. Responsabilizar-se pelo bom comportamento do seu pessoal nos depósitos e/ou nas Unidades Locais desde TJSP, cujo acesso ser-lhe-á franqueado para a execução do objeto deste contrato, obrigando-se a afastar qualquer empregado cuja presença seja considerada inconveniente ao interesse do serviço, a critério da contratante;
- 13.31. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na legislação pertinente, neste instrumento, no edital e seus anexos, e demais documentação do processo;
- 13.32. Prestar informações e/ou esclarecimentos, concernentes à execução deste instrumento, que venham a ser solicitadas pela CONTRATANTE;
- 13.33. Conceder o apoio necessário aos servidores que serão designados pelo TJSP para o acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços.
- 13.34. Dar ciência ao TJSP, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;
- 13.35. Manter absoluto sigilo das informações que porventura lhe serão disponibilizadas em razão da execução do objeto, sendo defeso seu uso, divulgação, ou reprodução sob qualquer pretexto.

- 13.36. Notificar que todos os débitos oriundos dos veículos oficiais, correrão por conta do arrematante após a data da venda, além de todas as despesas referentes à transferência do mesmo.
- 13.37. Providenciar as medidas necessárias para que os bens sejam transferidos imediatamente para o nome dos arrematantes;
- 13.38. Obedecer ao estabelecido na Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas que disciplinam a matéria.

#### **14. DAS OBRIGAÇÕES DO TJSP**

- 14.1. Propiciar ao CONTRATADO condições para a plena execução deste contrato;
- 14.2. Assegurar ao Leiloeiro e seus empregados, quando devidamente identificados, o livre acesso aos locais onde estão dispostos os veículos e os bens móveis.
- 14.3. Fornecer ao Leiloeiro os documentos e informações necessários à adequada instrução da sua atividade, livres de desembaraços, ônus e pendências.
- 14.4. Designar a Comissão de Alienação, que providenciará o levantamento dos bens e os registros das respectivas informações necessárias, bem como, deliberar sobre a proposta de valor potencial de venda, indicado pelo leiloeiro contratado, dos bens postos em leilão.
- 14.5. Informar ao CONTRATADO, por escrito, os dados dos servidores e/ou Órgão responsáveis pela fiscalização e gestão do Contrato;
- 14.6. Informar se os arrematantes são servidores ou membros do Poder Judiciário Estadual e/ou cônjuge destes.
- 14.7. Fiscalizar, através de Comissão de Alienação designada para este fim, a exata execução deste contrato, informando à Autoridade competente de eventuais irregularidades na sua execução, para a adoção das providências legalmente estabelecidas;

- 14.8. Providenciar a publicação do edital no Diário da Justiça Eletrônico;
- 14.9. Obedecer ao estabelecido na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e demais normas que disciplinam a matéria.
- 14.10. Deliberar sobre a prestação de contas do leiloeiro contratado, referente à venda dos bens postos em leilão, aprovando-a ou rejeitando-a, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data do seu recebimento.
- 14.11. A divulgação dar-se-á mediante aviso de publicação no Diário da Justiça Eletrônico.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO**  
**PAULO**

**ANEXOS**

**ANEXO II**  
**MODELO A (REQUERIMENTO)**

AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
 À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES

Eu, \_\_\_\_\_, Leiloeiro Oficial, portador da matrícula na Junta Comercial número \_\_\_\_\_, da cédula de Identidade número \_\_\_\_\_, e do CPF número \_\_\_\_\_, residente/domiciliado no município de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, à Rua/Avenida \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, telefones \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_ vem perante esta Comissão manifestar meu interesse em realizar leilões oficiais destinados à alienação de bens móveis inservíveis do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como indicar a cobrança de 5% sobre os bens arrematados, a título de comissão pelos serviços, e que tal valor abarca todas as despesas, tributos e encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto do Edital e Leilão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO**  
**PAULO**

**ANEXO II**  
**MODELO B (DECLARAÇÃO)**

REFERÊNCIA: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS MÓVEIS DE PROPRIEDADE DO TJSP.

Eu, \_\_\_\_\_, Leiloeiro Oficial, portador da matrícula na JC número \_\_\_\_\_, da cédula de Identidade número \_\_\_\_\_, e do CPF número \_\_\_\_\_, residente/domiciliado no município de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, à Rua/Avenida \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_

DECLARO, sob as penas da Lei, que, até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, bem como não se acha declarado inidôneo ou suspenso do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, estando ciente da responsabilidade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**ANEXO II**  
**MODELO C (DECLARAÇÃO)**

REFERÊNCIA: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS MÓVEIS DE PROPRIEDADE DO TJSP.

Eu, \_\_\_\_\_, Leiloeiro Oficial, portador da matrícula na JC número \_\_\_\_\_, da cédula de Identidade número \_\_\_\_\_, e do CPF número \_\_\_\_\_, residente/domiciliado no município de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, à Rua/Avenida \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_

DECLARO, sob as penas da Lei, em obediência ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999 que não emprego menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menores de 16(dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**ANEXO II**  
**MODELO D (DECLARAÇÃO)**

REFERÊNCIA: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS MÓVEIS DE PROPRIEDADE DO TJSP.

Eu, \_\_\_\_\_, Leiloeiro Oficial, portador da matrícula na JC número \_\_\_\_\_, da cédula de Identidade número \_\_\_\_\_, e do CPF número \_\_\_\_\_, residente/domiciliado no município de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, à Rua/Avenida \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_  
 DECLARO, sob as penas da Lei, que não me encontro destituído, suspenso, ou impedido de exercer a função de Leiloeiro Oficial.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**ANEXO II**

**MODELO E (DECLARAÇÃO)**

REFERÊNCIA: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS MÓVEIS DE PROPRIEDADE DO TJSP.

Eu, \_\_\_\_\_, Leiloeiro Oficial, portador da matrícula na JC número \_\_\_\_\_, da cédula de Identidade número \_\_\_\_\_, e do CPF número \_\_\_\_\_, residente/domiciliado no município de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, à Rua/Avenida \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_

**DECLARO**, sob as penas da Lei:

- I. Possuir, quando da assinatura do contrato, estrutura física, logística dos bens, armazenamento adequados com as rotinas de trabalho, que se façam necessárias à realização completa das atividades, não cabendo ao TJSP qualquer responsabilidade quanto a esta questão;
- II. Possuir, quando da assinatura do contrato, sistema informatizado para controle dos bens a serem leiloados, com fotos e especificações para consulta on-line, disponível 24 (vinte e quatro) horas diárias;
- III. Possuir, quando da assinatura do contrato, condições para ampla divulgação da alienação, com a utilização dos meios possíveis de comunicação, especialmente publicação em jornais de grande circulação, rede mundial de computadores e material de divulgação impresso;
- IV. Possuir, quando da assinatura do contrato, infraestrutura para a realização de leilões eletrônicos, bem como adotar medidas reconhecidas pelas melhores práticas do mercado de tecnologia da informação para garantir a privacidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a segurança das informações de seus sistemas informatizados, por meio de portal cujo endereço eletrônico é (endereço do site):

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura

CONTRATO Nº XXX.XXX/XXXX/CT

Minuta

Contrato lavrado entre o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO** e o(a) \_\_\_\_\_, de acordo com o Edital de Credenciamento nº 001/2021, homologado pela E. Presidência, nos autos do processo nº 6436/2021, por **Inexigibilidade**, nos termos do caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93, em sua redação para a realização de leilões destinados ao desfazimento de bens móveis inservíveis de propriedade do TJSP, descritos no Edital de Leilão constante do **Processo nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_**, nos termos da Lei nº 8.666/93, do Provimento nº 2.138/2013 do Conselho Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como, de toda legislação que rege a matéria, no que couber e não conflitar com as citadas leis.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 51.174.001/0001-93, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Presidente do Tribunal de Justiça, o Desembargador \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade R.G. nº \_\_\_\_\_ e do C.P.F. nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_, e o(a) \_\_\_\_\_, portadora do C.P.F. nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_, na condição de **LEILOEIRO(A) OFICIAL**, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, assinam o presente instrumento sob as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1- O objeto do presente instrumento consiste na prestação de serviços para a realização de **[inserir objeto]** de propriedade do Tribunal de Justiça de São Paulo, em lotes numerados um a um, com suas características e especificações e preço mínimo fixado para alienação, conforme discriminados no ANEXO I do presente.

1.1.1- Durante a vigência deste contrato, o TJSP poderá celebrar novo ajuste, com outro leiloeiro credenciado, para a realização de leilões de lotes distintos dos relacionados no presente instrumento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados em conformidade com as Cláusulas do presente Instrumento e nos termos do seu anexo (Anexo I – Relação dos Bens) que fica fazendo parte integrante deste Contrato para todos os fins e efeitos de direito.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução dos serviços será de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias consecutivos a contar da data da assinatura do contrato pelo TJSP, podendo ser prorrogado por período igual ou inferior, até o limite da vigência.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

- 4.1-** A CONTRATADA dará plena e fiel execução ao presente instrumento, respeitando todas as suas cláusulas e condições, obrigando-se ainda a:
- 4.1.1-** Exercer pessoalmente suas funções, não podendo delegá-las, senão por moléstia ou impedimento ocasional ao seu preposto, após concordância do TJSP, devendo ainda dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados, tanto na publicidade como, e principalmente, na tarefa de identificar os possíveis interessados, independentemente do seu valor e da sua liquidez;
  - 4.1.2-** Responsabilizar-se pela avaliação dos veículos, motos e demais bens inservíveis, juntamente com a Comissão de Leilão do Tribunal de Justiça;
  - 4.1.3-** Realizar o(s) leilão(ões) público(s) dos bens relacionados no dia e horário previamente definidos pelo TJSP, no local acordado pelas partes, e dentro das normas do Edital;
  - 4.1.4-** Dar publicidade ao Leilão, em jornal de grande circulação;
  - 4.1.5-** Confeccionar e distribuir material publicitário impresso sobre o Leilão (exemplo: folheto, cartilha, livreto);
  - 4.1.6-** Fazer constar no material de divulgação do site do(a) Leiloeiro(a): a descrição dos bens móveis inservíveis do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, constante no anexo do Edital, informações gerais sobre o Leilão, e dados do leiloeiro para contatos e esclarecimentos adicionais (endereço completo, telefone, e-mail, e outras formas de contato disponíveis);
  - 4.1.7-** Destinar e preparar o local do evento, dotando-o de todos os equipamentos necessários para realização do Leilão, se presencial;
  - 4.1.8-** Conduzir todos os atos administrativos de sua competência até o encerramento do leilão e efetuar a devida prestação de contas do respectivo leilão;
  - 4.1.9-** Atender todos os interessados pelos canais de comunicação estabelecidos ou pessoalmente em seu escritório;
  - 4.1.10-** Arcar com as despesas relativas à prestação dos serviços, salvo as relativas à produção dos Editais do Leilão e publicações legais, listadas no art. 42º, §2 do Decreto nº 21.981/32.
  - 4.1.11-** Assumir integral responsabilidade por eventuais danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, em razão da prestação dos serviços objeto deste contrato;
  - 4.1.12-** Fornecer aos arrematantes vencedores as Notas de Vendas.
  - 4.1.13-** O(A) Leiloeiro(a), após o cumprimento do item 8.1 do Edital, enviará imediatamente as notas de venda à Comissão de Acompanhamento do Leilão do Tribunal de Justiça de São Paulo (gpl@tjsp.jus.br) para ser processada a comunicação de venda, a baixa dos bloqueios e restrições que possam impedir a regularização dos documentos, entre outros.
  - 4.1.14-** Entregar, ao final do Leilão, à da Comissão de Leilão, relatório contendo o seguinte: CPF/CNPJ, nome do vencedor dos bens arrematados, valores e lote.
  - 4.1.15-** Apresentar Ata da Sessão Pública em até 05 (cinco) dias úteis após a realização do Leilão, contendo, dentre outras, as seguintes informações:
    - a) Se pessoa física CPF/RG, se pessoa jurídica CNPJ e dados do representante;
    - b) Endereço e telefone do arrematante vencedor;
    - c) Valor do lance vencedor ofertado;
    - d) Fatos relevantes ocorridos no Leilão, inclusive a não ocorrência de lance para determinados lotes;

- e) Quaisquer anormalidades que verificar na execução dos serviços, mesmo que estes não sejam de sua competência.
- 4.1.16-** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na legislação pertinente, neste instrumento, no edital e seus anexos, e demais documentação do processo;
- 4.1.17-** Obedecer ao estabelecido na Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas que disciplinam a matéria.
- 4.2-** É de responsabilidade da CONTRATADA o recolhimento de tributos incidentes sobre os serviços ora contratados.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.1-** O CONTRATANTE dará plena e fiel execução ao presente instrumento, respeitando todas as suas cláusulas e condições, obrigando-se ainda a:
- 5.1.1-** Propiciar ao CONTRATADO condições para a plena execução deste contrato;
- 5.1.2-** Assegurar ao Leiloeiro e seus empregados, quando devidamente identificados, o livre acesso aos locais onde estão dispostos os veículos e os bens móveis.
- 5.1.3-** Fornecer ao Leiloeiro os documentos e informações necessários à adequada instrução da sua atividade, livres de desembaraços, ônus e pendências.
- 5.1.4-** Designar a Comissão de Alienação, que providenciará o levantamento dos bens e os registros das respectivas informações necessárias, bem como, deliberar sobre a proposta de valor potencial de venda, indicado pelo leiloeiro contratado, dos bens postos em leilão.
- 5.1.5-** Informar ao CONTRATADO, por escrito, os dados dos servidores e/ou Órgão responsáveis pela fiscalização e gestão do Contrato;
- 5.1.6-** Informar se os arrematantes são servidores ou membros do Poder Judiciário Estadual e/ou cônjuge destes.
- 5.1.7-** Fiscalizar, através de Comissão de Alienação designada para este fim, a exata execução deste contrato, informando à Autoridade competente de eventuais irregularidades na sua execução, para a adoção das providências legalmente estabelecidas;
- 5.1.8-** Providenciar a publicação do edital no Diário da Justiça Eletrônico;
- 5.1.9-** Obedecer ao estabelecido na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e demais normas que disciplinam a matéria.
- 5.1.10-** Deliberar sobre a prestação de contas do leiloeiro contratado, referente à venda dos bens postos em leilão, aprovando-a ou rejeitando-a, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data do seu recebimento.
- 5.1.11-** A divulgação dar-se-á mediante aviso de publicação no Diário da Justiça Eletrônico.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 6.1-** Caberá ao CONTRATANTE, por meio da Comissão de Alienação, fiscalizar a execução e a qualidade dos serviços contratados, comunicando ao preposto da CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas ou inobservância dos aspectos que envolvam segurança, quer de pessoas, quer de bens, para a imediata correção.
- 6.2-** A gestão e fiscalização serão exercidas no interesse exclusivo do Contratante, nos termos do capítulo VII, do Provimento nº 2.138/2013, não suprimindo a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades.



- 6.3- Para efeito do disposto nesta cláusula, o Contratante registrará as deficiências existentes na execução dos serviços e/ou inobservância das condições pactuadas comunicando-as à Contratada para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.
- 6.4- A Diretoria de Auditoria Interna do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo poderá, a qualquer tempo, solicitar à empresa contratada seus documentos e escriturações fiscais e/ou contábeis.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 7.1- A CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, deverá fazer prova de recolhimento, mediante caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; seguro-garantia ou fiança bancária, correspondente a 3% (três por cento) do valor de avaliação dos bens a serem leiloados, nas hipóteses do plano de trabalho prever que os bens serão transportados e armazenados para local ou estabelecimentos que não sejam do TJSP, com cobertura para 12 (doze) meses.
- 7.2- No caso de apresentação de garantia na forma de caução em dinheiro, a CONTRATADA deverá providenciar depósito identificado na conta nº 139461-4, agência 5905-6 do Banco do Brasil S/A, constando como favorecido o Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, apresentando cópia do comprovante juntamente ao termo contratual assinado.
- 7.3- Na eventual prorrogação do contrato ou na ocorrência de acréscimos quantitativos e alterações de preços, a CONTRATADA deverá reapresentar nova garantia ou complementá-la, nos termos do item 7.1, no prazo de 10 (dez) dias úteis da assinatura do respectivo termo ou da notificação do apostilamento.
- 7.4- Na hipótese de evidenciar qualquer impropriedade ou incorreção, o CONTRATANTE exigirá sua regularização ou substituição que deverá ser providenciada pela CONTRATADA no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data de intimação.
- 7.5- A falta de atendimento à convocação para regularização ou substituição da garantia na forma e prazo especificados nos subitens 7.3 e 7.4 acima, sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas neste contrato, sujeitando-a, ainda, à rescisão do ajuste.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

- 8.1- O Leiloeiro Oficial Contratado terá como única forma de remuneração o equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda de cada bem (lote) arrematado, a ser pago pelo arrematante.
- 8.2- Os custos relativos à publicidade, levantamento, transporte, logística, armazenamento e demais providências necessárias à promoção da avaliação e leilão dos bens serão suportados pelo Sr. Leiloeiro Oficial Contratado.
- 8.3- Não cabe ao TJSP qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo Leiloeiro Oficial para recebê-la.
- 8.4- Caso não ocorra a efetivação da finalização da venda por erro nas publicações legais, ou ainda, no caso de o leilão público ser suspenso por determinação judicial, a comissão será devolvida ao arrematante pelo Leiloeiro Oficial, sem que isso enseje reembolso de qualquer espécie por parte do TJSP.
- 8.5- Caso a arrematação não se efetive com a entrega do bem ao arrematante, a comissão deverá ser devolvida ao arrematante pelo Leiloeiro Oficial, nas hipóteses em que o arrematante não tenha dado causa.
- 8.6- O Leiloeiro Oficial será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos, demais despesas diretas ou indiretas, e quaisquer outros ônus que se fizerem necessários à execução dos serviços contratados.



### CLÁUSULA NONA – DA ARREMATÇÃO E DO PAGAMENTO

- 9.1-** O licitante, ao arrematar um bem ou um lote de bens, deverá efetuar o pagamento do valor total arrematado na conta em nome do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Fundo Especial de Despesa, CNPJ sob nº 51.174.001/0001-93, Banco do Brasil, Agência 5905-6, Conta Corrente 139.461-4, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após a arrematação, sob pena de perder o direito ao bem ou ao lote de bens, o qual será considerado nulo o lance oferecido, podendo ser repassado para o arrematante anterior, desde que o valor ofertado seja igual ou superior à avaliação.
- 9.1.1-** No caso de bens que dependam de pesagem para aferição do valor, o arrematante deverá depositar, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a caução fixada na descrição e detalhamento do Lote. Após a pesagem, o prazo de pagamento fixado no item acima (9.1) e complementação do valor contar-se-á da notificação do arrematante.
- 9.1.2-** Em caso de não ocorrer o pagamento e complementação do valor após a pesagem, ocorrerá o perdimento da caução em favor do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e o bem poderá ser ofertado ao licitante remanescente, respeitada a ordem de classificação de preços.
- 9.1.3-** O procedimento de pesagem e seus respectivos custos, bem como a notificação será de responsabilidade do Sr(a) Leiloeiro(a) Oficial.
- 9.1.4-** O pagamento deverá ser efetuado, em NOME DO ARREMATANTE, por meio de DOC (Documento de ordem de Crédito) ou TED (Transferência Eletrônica Disponível) ou em dinheiro mediante depósito bancário identificado.
- 9.1.5-** Independente da forma de pagamento efetuado pelo arrematante, a Nota de Venda será liberada somente após a efetiva liberação do recurso (compensação) do crédito na conta corrente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e envio do comprovante de depósito por e-mail ao Leiloeiro e ao Fundo Especial de Despesa ([fundoespecial@tjsp.jus.br](mailto:fundoespecial@tjsp.jus.br)).
- 9.1.5.1-** Posteriormente, todos os comprovantes deverão ser encaminhados pelo Leiloeiro ao GPL para instrução do processo e demais providências.
- 9.1.6-** O pagamento será considerado, somente se o arrematante encaminhar cópia do comprovante de depósito ao Leiloeiro e à Coordenadoria de Controle de Arrecadação do Tribunal de Justiça - SOF 1.2, pelo e-mail: [fundoespecial@tjsp.jus.br](mailto:fundoespecial@tjsp.jus.br), telefones: (11) 4635-6025/6332.
- 9.1.7-** Caso houver recolhimento a maior ou indevido o arrematante deverá solicitar restituição junto ao Leiloeiro.
- 9.1.7.1-** A restituição do valor será devolvida diretamente ao usuário titular da conta, não sendo permitida a devolução na conta de terceiros.
- 9.2-** A título de comissão do (a) Leiloeiro (a), o arrematante deverá efetuar em 3 (três) dias úteis o pagamento do valor de 5%, calculado sobre o valor total do preço ofertado, na conta corrente do Banco XXXX, Agência: NNNN - Conta Corrente: NNNN-N, em nome de <LEILOEIRO>, CPF: <NÚMERO>.
- 9.2.1-** O pagamento efetuado apenas será considerado realizado após o envio dos comprovantes para o e-mail do(a) Leiloeiro(a) Oficial.
- 9.3-** Não serão aceitos pagamentos em dinheiro no decorrer do Leilão ou no escritório do(a) leiloeiro(a) ou na tesouraria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
- 9.4-** Qualquer intercorrência para efetivação do pagamento, o arrematante deverá tratar com o Sr(a) Leiloeiro(a), que levará o tema à Comissão de Acompanhamento do Leilão do TJSP.

### CLÁUSULA DÉCIMA – DA EMISSÃO DA NOTA DE VENDA

- 10.1-** A Nota de Venda será emitida pelo(a) Leiloeiro(a) Oficial mediante os requisitos abaixo:
- 10.1.1-** O arrematante não estar impedido nos termos do item 3.6 do edital;
- 10.1.2-** Confirmação do pagamento integral do preço do bem ou do lote de bens e Comissão do Leiloeiro(a), conforme estabelecido nos itens 7.1 e 7.2, do Edital, e;
- 10.1.3-** Homologação do Leilão pela Autoridade Competente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
- 10.2-** Na Nota de Venda correspondente deverá constar:

- a) Em caso de Pessoa Física: o nome completo do arrematante, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, o número da Carteira de Identidade, o endereço completo, indicando o nome e o número do logradouro, o bairro, a cidade, o Estado e o Código de Endereçamento Postal – CEP e o(s) lote(s) arrematado(s);
- b) Em caso de Pessoa Jurídica: a razão social da empresa arrematante, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, o endereço completo da sede social, indicando o nome e o número do logradouro, o bairro, a cidade, o Estado e o Código de Endereçamento Postal – CEP e o(s) lote(s) arrematado(s).
- 10.3-** O(A) Leiloeiro(a), por meio do sistema online, enviará ao arrematante um e-mail confirmando a arrematação de cada bem ou do lote de bens.
- 10.4-** Cumpridos os requisitos do item 10.1, a nota de venda será emitida pelo Sr(a). Leiloeiro(a) e entregue ao arrematante no ato de retirada do bem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, contados de sua assinatura por parte da CONTRATADA, podendo ser prorrogado a critério da Administração por período igual ou inferior até o limite permitido nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, em sua redação atual, através de Termo Aditivo, podendo ser rescindido a qualquer tempo no interesse da Administração, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, devidamente motivado, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES EM CASO DE INADIMPLEMENTO

- 12.1-** A inexecução total ou parcial do ajustado poderá ensejar a sua rescisão pela Administração na forma e consequências previstas nos artigos 78 a 80, da Lei Federal de Licitações e Contratos nº 8.666/93, em sua redação atual, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que aludem os artigos 86 a 88, do citado diploma legal.
- 12.2-** Pelo artigo 94, do Provimento n.º 2.138/2013, da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a CONTRATADA está sujeita a aplicação das seguintes penalidades:
- 12.2.1-** Pelo atraso injustificado de até 30 (trinta) dias da prestação da garantia ou da execução do serviço, incluído a assistência técnica em bem ou produto em período de garantia, compra ou obra, sem prejuízo do que dispõe o § 1º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará a CONTRATADA a multa de mora de 0,50% (cinquenta centésimos percentuais) ao dia;
- 12.2.2-** O não atendimento a solicitação do CONTRATANTE para a adoção de providências para a regularização da execução nos prazos fixados no contrato, ensejará a aplicação da multa prevista no subitem 12.2.1, a contar do 1º dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido para substituição.
- 12.2.3-** Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra, bem como pelo atraso ou não atendimento de assistência técnica em bem ou produto em período de garantia, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes penalidades:
- a)** Multa de 20% (vinte por cento) a 100% (cem por cento) nos casos que excederem o prazo estabelecido no subitem 12.2.1;
- b)** Multa de 1% (um por cento) a 100% (cem por cento) do valor das mercadorias não entregues ou da obrigação não cumprida;
- c)** Pagamento correspondente a diferença de preço decorrente de nova licitação ou contratação para o mesmo fim.
- 12.2.4-** Esgotadas as possibilidades administrativas, a cobrança da multa será efetuada judicialmente.

- 12.2.5-** A aplicação das multas previstas nesta cláusula não exclui outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93.
- 12.2.6-** As multas não recolhidas poderão, a critério do CONTRATANTE, ser compensadas com as garantias prestadas no contrato, vedando-se o pagamento com serviços ou produtos;
- 12.2.7-** Os valores referentes a multa e demais importâncias, quando não ressarcidos pela Contratada, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*;
- 12.3-** Caso seja constatada a inadimplência, por parte do CONTRATANTE, por inexecução das cláusulas contratuais, a Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP será notificada dos fatos para as providências que lhe couberem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Na hipótese de inobservância de qualquer uma de suas cláusulas ou por razões de interesse do Serviço Público, este Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80, da Lei Federal nº 8.666/93, em sua redação atual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será registrado no “Livro de Registro de Contratos” do CONTRATANTE e seu extrato publicado no DJE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Contrato, será competente qualquer Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro Foro, por mais privilegiado que seja.

**NADA MAIS.** Lido e achado conforme pelas partes, lavrou-se este Contrato, por todos assinado, atendidas as formalidades legais.

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_  
(assinado digitalmente)

CONTRATADA: \_\_\_\_\_  
(assinado digitalmente)